

NK004
Empreendimentos
e Participações
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
NK004 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NK004 Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NK004 Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

NK 004 Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Controladora	Consolidado		Notas	Controladora	Consolidado
Ativos		2017	2017	Passivos		2017	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	72.855	Fornecedores	13	-	30.551
Contas a receber	6	-	29.890	Debêntures	12	-	324.721
Tributos compensáveis		-	100	Obrigações tributárias		-	9.860
Dividendos a receber	8	2.454	-	Dividendos		1.550	1.550
Despesas pagas antecipadamente		-	1.263	Obrigações sociais e trabalhistas		-	6
Outras contas a receber		-	4.777				
Total do ativo circulante		<u>2.454</u>	<u>108.885</u>	Total do passivo circulante		<u>1.550</u>	<u>366.688</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	8	218.574	-	Mútuos financeiros com partes relacionadas	7	2.117	2.177
Mútuos financeiros com partes relacionadas	7	25.362	-	Outros passivos	7	<u>237.747</u>	<u>237.747</u>
Imobilizado	9	-	483.053	Total do passivo não circulante		<u>239.864</u>	<u>239.924</u>
Intangível	10	-	19.650				
Total do ativo não circulante		<u>243.936</u>	<u>502.703</u>	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo		<u><u>246.390</u></u>	<u><u>611.588</u></u>	Capital social		-	-
				Reservas de lucros		<u>4.976</u>	<u>4.976</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>4.976</u>	<u>4.976</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>246.390</u></u>	<u><u>611.588</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NK 004 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultado

Período compreendido entre 02 de maio de 2017 e 31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Controladora	Consolidado
		2017	2017
Receita operacional líquida	16	-	31.095
Custos operacionais	17	<u>-</u>	<u>(1.059)</u>
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>30.036</u>
Resultado com equivalência patrimonial	8	6.526	-
Despesas gerais e administrativas		<u>-</u>	<u>(1.178)</u>
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>6.526</u>	<u>28.858</u>
Despesas financeiras	18	<u>-</u>	<u>(17.251)</u>
Resultado Financeiro		<u>-</u>	<u>(17.251)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.526</u>	<u>11.607</u>
Imposto de renda e Contribuição social	15	<u>-</u>	<u>(5.081)</u>
Resultado do período		<u><u>6.526</u></u>	<u><u>6.526</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NK 004 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultado abrangentes

Período compreendido entre 02 de maio de 2017 e 31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Resultado do período	6.526	6.526
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>6.526</u>	<u>6.526</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NK 004 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período compreendido entre 02 de maio de 2017 e 31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>		<u>Reservas de lucros</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total Geral</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>a integralizar</u>	<u>Legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>		
Subscrição de capital (constituição em 02/05/2017)	1	(1)	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	6.526	-
Constituição de reserva legal	-	-	326	-	(326)	326
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.550)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.650	(4.650)	4.650
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>326</u>	<u>4.650</u>	<u>-</u>	<u>4.976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NK 004 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Período compreendido entre 02 de maio de 2017 e 31 de dezembro de 2017

(Em Milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	6.526	6.526
Resultado com equivalência patrimonial	(6.526)	-
Variação nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em tributos compensáveis	-	(96)
Redução (aumento) em contas a receber	-	(29.890)
Aumento (redução) em outras contas a receber	-	(4.777)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	-	(1.185)
Aumento (redução) em fornecedores	-	(63.794)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	-	8.752
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	6
Aumento (redução) em transações com partes relacionadas	-	(63.318)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	-	(147.776)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Caixa e equivalente de caixa advindo da aquisição de controladas	-	9.382
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(113.472)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(104.090)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Captação de debêntures	-	325.000
Custo de captação de debêntures	-	(279)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	-	324.721
Redução do caixa e equivalentes de caixa	-	72.855
Demonstração do redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No fim do período	-	72.855
Redução do caixa e equivalentes de caixa	-	72.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição

A NK004 Empreendimentos e Participações (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 02 de maio de 2017, com sede na cidade de Natal/RN. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, e foi constituída por exigência das instituições financeiras para obtenção dos financiamentos de longo prazo de suas controladas. A relação das empresas controladas está apresentada na Nota 2.4.

b. Autorização para produção de energia, potência instalada e capacidade produtiva

As controladas da Companhia, possuem as seguintes autorizações para funcionamento como “produtor independente de energia elétrica” expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

Controlada	Portaria ²	Data de publicação ¹	Capacidade instalada ¹	Prazo de duração
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	342	11/06/2014	26 MW	(*)
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	345	17/07/2014	16 MW	(*)
Eólica Pedra Rajada S.A.	109	01/04/2015	20 MW	(*)
Eólica Pedra Rajada II S.A.	110	01/04/2015	20 MW	(*)

(*) 35 anos a partir da publicação

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas Eólica Cabeço Vermelho S.A. e Eólica Cabeço Vermelho II S.A., estão em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação no 1º semestre de 2018. As controladas Eólica Pedra Rajada S.A. e Eólica Pedra Rajada II S.A., entraram em operação comercial no 4º trimestre de 2017.

c. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 257.803. Essa situação é temporária até que os financiamentos de longo prazo sejam obtidos, estes estão em negociação. Ademais, conforme estimativas da Administração, o endividamento oriundo das operações será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

¹ Informação não auditada por nossos auditores independentes.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	100%
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	100%
Eólica Pedra Rajada S.A.	100%
Eólica Pedra Rajada II S.A.	100%

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Combinação de negócios

Em 16 de agosto de 2017, a Companhia adquiriu por meio de instrumento particular de cessão de direitos e outras avenças, controle societário de Empresas que possuem ativos de geração eólica, sendo 4 parques eólicos com capacidade instalada de 82 MW.

Em virtude dessas aquisições contemplarem a aquisição de inputs e outputs, a mesma foi classificada como aquisição de negócios, de acordo com o CPC 15. Ademais, a Companhia efetuou os registros contábeis com bases provisórias, utilizando a sua melhor estimativa em 31 de dezembro de 2017 para efetuar os registros contábeis. Em 2018, efetuará a avaliação final das aquisições e eventuais ajustes, se houver, serão contabilizados de forma retrospectiva, conforme prevê o CPC 15 - Combinação de Negócios.

3.1 Contraprestação transferida

O valor total do contrato de compra e venda é de R\$ 289.809, o qual será liquidado de acordo com as condições contratuais estabelecidas quando da combinação de negócios.

3.2 Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Abaixo estão relacionados os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da transação. Os ativos e passivos foram avaliados provisoriamente a valor justo.

Foi considerada 16 de agosto de 2017 como sendo a data da transação. Os valores reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos são os seguintes:

	16/08/2017
Caixa e equivalentes de caixa	9.382
Impostos a recuperar	4
Despesas antecipadas	78
Imobilizado	369.581
Fornecedores	(94.345)
Obrigações fiscais	(1.108)
Mútuos e AFAC com partes relacionadas	(122.500)
	<hr/>
Total dos ativos identificáveis líquidos	161.092
	<hr/>
Valor da contraprestação	289.809
(-) Mútuos a receber das controladas adquiridas (b)	(109.067)
	<hr/>
Valor da contraprestação líquido	180.742
	<hr/>
Mais valia paga na aquisição (a)	19.650
	<hr/>

- (a) Os ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios totalizaram R\$19.650, os quais são atribuíveis aos contratos de venda de energia no ambiente regulado com vigência de 20 anos a partir da entrada em operação comercial.

A Companhia, em suas avaliações preliminares e com base nos CPC 15, e ICPC 09, entende que a mais valia paga na aquisição não o se caracteriza como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) com vida útil indefinida, pois refere-se basicamente aos contratos de longo prazo, os quais serão amortizados de acordo com a sua vigência.

Em regra, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é um ativo intangível de vida útil indefinida, razão pela qual não está sujeito à amortização sistemática ao longo do tempo.

- (b) Esse valor refere-se a mútuos a receber das controladas, os quais estavam registrados nos passivos adquiridos. Após a aquisição, esses valores foram integralizados ao capital das controladas.

4 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) *Combinação de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Torres de Geração de Energia Eólica

25 anos

e. Intangível

A Mais valia resultante da aquisição de controladas referem-se aos contratos de venda de energia no ambiente regulado, adquiridos na combinação de negócios descrita na nota explicativa nº 3, com vigência de 20 anos a partir da entrada em operação comercial. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data de aquisição, durante a vigência dos contratos.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

h. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. As controladas da Companhia possuem contratos, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCCE - Câmara de Comercialização de Energia .

i. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada à CCEE; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- - **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- - **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(i) **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento em seus parques eólicos, e estão avaliando a aplicação da norma para verificar se esses contratos serão considerados como arrendamento de acordo com a nova norma e até o momento não conclui essa avaliação.

5 Caixas e equivalentes de caixa (Consolidado)

	2017
Bancos	158
Aplicações financeiras (a)	<u>72.697</u>
	<u>72.855</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Bradesco, BNB (Banco do Nordeste) e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander, taxa de 96% CDI referente as aplicações do BNB e 97% CDI referente as aplicações no Bradesco.

6 Contas a receber (Consolidado)

Todos os títulos em aberto em 31/12/2017 totalizam R\$29.890 e estão classificados como a vencer classificamos no ativo circulante. O saldo apresentado no contas a receber refere-se ao liquidado na CCEE durante os meses de operação de teste e também a um mês da energia de reserva referente a operação comercial.

7 Partes relacionadas

		Controladora	Consolidado
		31.12.2017	31.12.2017
Parte relacionada - Ativo			
Eólica Cabeço Vermelho S.A. (a)	Mútuos	3.520	-
Eólica Cabeço Pedra Rajada S.A.(a)	Mútuos	6.467	-
Eólica Cabeço Pedra Rajada II S.A. (a)	Mútuos	<u>15.375</u>	<u>-</u>
Total Ativo		<u><u>25.362</u></u>	<u><u>-</u></u>
Parte relacionada - Passivo			
Eólica Cabeço Vermelho II S.A. (a)	Mútuos	2.117	-
Echoenergia Participações S.A. (b)	Mútuos	<u>-</u>	<u>2.177</u>
		<u>2.117</u>	<u>2.177</u>
Echoenergia Participações S.A. (c)	Outros passivos	<u>237.747</u>	<u>237.747</u>
Total Passivo		<u><u>239.864</u></u>	<u><u>239.924</u></u>

- (a) Esses montantes referem-se a mútuos ativos e passivos, com as as controladas da Companhia, os quais não possuem incidência de encargos financeiros, nem vencimento.
- (b) Esse montante refere-se a mútuos passivos das controladas da Companhia com a Echoenergia Participações S.A., os quais não possuem incidência de encargos financeiros, nem vencimento.
- (c) O montante de R\$237.747, refere-se ao saldo remanescente a pagar para Echoenergia Participações S.A., em função da aquisição de ativos de geração eólica, conforme descrito na nota explicativa nº 3, os quais serão liquidados ou integralizados ao capital social.

8 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 os investimentos da Companhia são compostos por participações em outras empresas, bem como, outros investimentos, como segue:

	2017
Avaliados pelo método da equivalência patrimonial (a)	198.924
Mais valia (nota 10)	<u>19.650</u>
	<u><u>218.574</u></u>

a. Avaliados pelo método da equivalência patrimonial

	Eólica Cabeço Vermelho S.A.	Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	Eólica Pedra Rajada S.A.	Eólica Pedra Rajada II S.A.	Total
Aquisição de controladas (nota 3)	(89)	(89)	(58)	(59)	(295)
Aumento de capital	63.147	36.484	51.779	43.737	195.147
Resultado da equivalência patrimonial (*)	(2.187)	(1.653)	4.263	6.103	6.526
Dividendos	-	-	(1.008)	(1.446)	(2.454)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>60.871</u>	<u>34.742</u>	<u>54.976</u>	<u>48.335</u>	<u>198.924</u>

(*) As Empresas foram adquiridas em 16 de agosto de 2017, conforme nota explicativa nº 3, portanto, o resultado de equivalência patrimonial compreende apenas o período posterior a data de aquisição.

9 Imobilizado (Consolidado)

Movimentação do imobilizado

	Combinação de negócios (*)	Adições	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.581	113.472	483.053

(*) O montante de R\$369.581 refere-se a aquisição de controladas durante o exercício de 2017, conforme descrito na nota explicativa nº3.

10 Intangível

Mais valia

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, durante o exercício de 2017, a Companhia adquiriu participações societárias das suas controladas. A mais valia identificada nas combinações de negócios são atribuíveis aos contratos de venda de energia no ambiente regulado, os quais serão amortizados conforme vigência dos contratos.

Companhia	Vida útil (*)	Valor
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	05/2018 a 04/2038	4.266
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	05/2018 a 04/2038	2.688
Eólica Pedra Rajada S.A.	12/2017 a 11/2037	6.762
Eólica Pedra Rajada II S.A.	12/2017 a 11/2037	<u>5.934</u>
Total		<u>19.650</u>

(*) A mais valia gerada na combinações de negócios será amortizado ao longo da vigência dos contratos de venda de energia no ambiente regulado, os quais tem duração de 20 anos.

11 Debêntures (Consolidado)

	Taxa de juros	Vencimentos	2017
Debentures (a)	CDI + 2,50% a.a.	28/12/2018	<u>324.721</u>
Total			<u>324.721</u>

Em dezembro de 2017 a Diretoria Executiva das controladas autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 325.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 325.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 12 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,50% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social das controladas em posse da Companhia, também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as SPes Pedra Rajada S.A., Pedra Rajada II S.A, Cabeço Vermelho S.A e Cabeço Vermelho II S.A. com a CCEE, bem como quaisquer aditivos que venham a substituí-los.

A última parcela de amortização do principal ocorrerá durante o exercício de 2018, portanto está classificada no passivo circulante

Covenants e garantias

As debêntures tem como garantia a fiança da controladora direta e indireta. O contrato não possui cláusulas restritivas.

12 Fornecedores (Consolidado)

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

13 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$1 em 31 de dezembro de 2017 está representado por 500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital ainda não foi integralizado.

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo remanecente do resultado do exercício, ficará a disposição da Assembleia para futura destinação.

14 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

	2017
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	11.607
Despesas/Receitas não dedutíveis	<u>(3.122)</u>
Base de calculo do IRPJ e CSLL	8.485
IRPJ e CSLL 34%	<u>5.081</u>

15 Receita operacional líquida (Consolidado)

	2017
Receita bruta	34.264
Energia elétrica - Geração própria	34.264
Deduções da receita	(3.169)
Pis sobre faturamento	(1.027)
Cofins sobre faturamento	<u>(2.141)</u>
Total	<u>31.095</u>

16 Custos de geração

	2017
Encargos de transmissão e conexão	(771)
Arrendamento e aluguéis	(254)
Pessoal	(34)
	<hr/>
Total	<u>(1.059)</u>

17 Despesas financeiras (Consolidado)

	2017
Despesas com juros diversos	(16.033)
Comissão Fiança	(1.194)
Outras despesas financeiras	(24)
	<hr/>
Total	<u><u>(17.251)</u></u>

18 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

	2017	
	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	72.855	72.855
Contas a receber	29.890	29.890
Fornecedores	30.551	30.551
Debêntures	324.721	324.721
Total	458.017	458.017

b. Instrumentos financeiros por categoria

	2017	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>		
Caixas e equivalentes de caixa	72.855	-
Contas a receber	29.890	-
<i>Passivos financeiros:</i>		
Fornecedores	-	30.551
Debêntures	-	324.721